

Área Temática: Recursos Humanos

Vigilantes Privados e as Duras Consequências de sua Formação Precária: o Cotidiano entre o Despreparo Profissional e o Desamparo Psíquico

AUTORES

MARIA GENTILA CESAR VIEIRA GUEDES

Faculdade Boa Viagem

mariagentila@fbv.br

DÉBORA MORAES SARMENTO

Secretaria de Segurança Pública do estado da Bahia

debora.sarmento@ig.com.br

FÁTIMA REGINA NEY MATOS

Universidade Federal de Pernambuco

fneymatos@globo.com

GISELLE CESAR VIEIRA DINIZ

Faculdade Boa Viagem

giselle@fbv.br

LAURO CESAR VIEIRA FILHO

Faculdade Boa Viagem

lauro@fbv.br

Resumo

O objetivo desse trabalho foi investigar a formação dos vigilantes privados, buscando compreender se sua capacitação os prepara para uma profissão onde o perigo é uma constante. Foi feito um estudo qualitativo básico, fundamentado nas opiniões e percepções de vigilantes privados matriculados no curso de formação de uma escola de segurança privada, bem como com vigilantes de uma empresa de transporte de valores. Os vigilantes foram escolhidos de maneira não-probabilística, de acordo com a sua disponibilidade. O artigo explana sobre o contexto da segurança sob uma perspectiva social, buscando contextualizar as mudanças na segurança pública e o surgimento da segurança privada. Mostrar-se-á como está ocorrendo a formação profissional dos vigilantes através da análise do currículo, procurando-se identificar também o aspecto subjetivo dessa formação, de maneira que possa ser discutido o despreparo psíquico do vigilante. Mostrou-se o perfil do vigilante privado e, mesmo que modestamente, procurou-se realizar uma análise da dimensão psíquica destes atores, com base nas estratégias em busca do equilíbrio psíquico, fundamentadas em Dejours (2005). Constatou-se uma ausência significativa de diálogo entre a teoria e a prática na formação profissional do vigilante, o que o leva a desenvolver estratégias psíquicas para conservar o seu equilíbrio físico e mental.

Palavras chave: segurança privada, vigilantes, formação profissional de vigilantes

Abstract

The objective of this work was to investigate the formation of the private watchmen, searching to understand if its qualification prepares them for a profession where the danger is a constant. A qualitative study was made basic, based on the opinions and perceptions of registered private watchmen in the course of formation of a school of private security, as well as with watchmen of a company of transport of values. The watchmen had been chosen in not-probabilist way, in accordance with its availability. The article shows on the context of

the security under a social perspective, searching to show the changes in the public security and the sprouting of the private security. One will reveal as the professional formation of the watchmen through the analysis of the resume is occurring, looking itself to also identify the subjective aspect of this formation, thus the psychic unpreparedness of the watchman can be argued. The profile of private watchman e revealed, exactly that modestly, was looked to carry through an analysis of the psychic dimension of these actors, on the basis of the strategies in search of the psychic balance, based on Dejours (2005). A significant absence of dialogue between the theory and the practical one in the professional formation of the watchman was evidenced, what it takes it to develop psychic strategies to conserve its physical and mental balance.

Key words: private security, watchmen, professional formation of the watchman

1 Introdução

A sociedade atual está vivendo sob a égide do Panóptico, figura arquitetural que faz com que “a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação” (FOUCAULT, 1987). Os artefatos da vigilância eletrônica e os vigilantes privados estão cada vez mais presentes em nossas vidas, seja nos bancos, condomínios, *shopping centers*, locais de diversão e lazer. Assim sendo, a segurança privada é um tema que vem despertando significativo interesse em razão da sua expansão nas mais diversas áreas do cotidiano urbano-social.

O risco inerente à profissão e o constante contato desses atores com o público, de um modo geral, despertaram o interesse sobre essa realidade, principalmente no que se refere às estratégias psíquicas elaboradas pelos vigilantes privados no seu dia-a-dia. Esses profissionais lidam com as ameaças e frequentes riscos e mantêm contato direto com o público de uma maneira geral, por isso é de grande importância avaliar se estão preparados para enfrentar essas situações e capacitados para trabalhar sem colocar em risco as pessoas com quem mantêm interface.

Vários estudos (ANTUNES, 2004, 2002; GORZ, 2002; DRUCK, 1999) apontam para a importância da relação do homem com o trabalho, sua capacidade de adaptação à atividade que exerce, seu grau de motivação e satisfação. No entanto, com o foco dirigido a essa categoria, muito pouco foi escrito (MUSUMECI, 1998).

Neste trabalho, procurou-se então investigar sobre o assunto, buscando compreender as estratégias psíquicas desenvolvidas pelos trabalhadores da segurança privada, com base em Dejours (2005, 1994, 1992). O objetivo foi investigar a formação dos vigilantes privados, buscando compreender se a capacitação desses profissionais os prepara para uma profissão onde o perigo e o risco são uma constante.

A primeira parte do artigo explana sobre o contexto da segurança sob uma perspectiva social, buscando contextualizar as mudanças na segurança pública e o surgimento da segurança privada.

No segundo momento, mostrar-se-á como está ocorrendo a formação profissional dos vigilantes através da análise do currículo, procurando-se identificar também o aspecto subjetivo dessa formação, de maneira que possa ser discutido o despreparo psíquico do vigilante. Em seguida, serão apresentados os procedimentos metodológicos e os achados da pesquisa.

2 O Contexto da Segurança: Transmutações da Gestão Pública para a Gestão Privada da Segurança

O Estado moderno, de acordo com Bobbio (1999) se impôs através da difusão e pelo prestígio da obra *O Príncipe*, de Maquiavel e, desde o seu surgimento, sempre teve três tarefas: fazer-se obedecer, monopolizar em proveito próprio a violência virtual de uma dada sociedade, esvaziá-la de todas as suas fúrias possíveis; controlar de perto ou de longe a vida econômica, organizar, com ou sem lucidez, a circulação dos bens e, por fim, participar da vida espiritual, sem a qual nenhuma sociedade se mantém (BRAUDEL, 1996).

A formação do Estado moderno está intimamente relacionada à implementação da estabilidade e da ordem, fundamentando-se na coação. No início do século XVI, analisando a situação de uma Itália formada por pequenos Estados, com regimes políticos, desenvolvimento econômico e cultura variados (WELFORT, 2005), Maquiavel (1979) propôs, a partir de um possível príncipe florentino, a instauração de um Estado estável e forte para substituir a instabilidade e o caos vigentes na península itálica:

Como demonstram todos os que escreveram sobre política, bem como numerosos exemplos históricos, é necessário que quem estabelece a forma de um Estado, e promulga suas leis, parta do princípio de que todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião (MAQUIAVEL, 2000, p. 29).

Assim sendo, aconselha que “um príncipe sábio deve observar estas coisas e nunca ficar ocioso nos tempos de paz; deve, sim, inteligentemente, ir formando cabedal de que se possa valer nas adversidades, para estar sempre preparado a resistir-lhes” (MAQUIAVEL, 1979, p. 61), ou seja, a formação de um Estado requer o uso da força antes mesmo da aplicação da lei.

Em concordância com Maquiavel, Hobbes (1979) afirma que na natureza do homem se encontram três causas principais de discórdia: a competição, a desconfiança e a glória. “Os homens não tiram prazer algum da companhia uns dos outros (e sim, pelo contrário, um enorme desprazer), quando não existe um poder capaz de manter a todos em respeito” (HOBBS, 1979, p. 75). Esse poder viabiliza-se na instituição do Estado: “um *Estado* é *instituído* quando uma *multidão* de homens concordam e pactuam, cada um com cada um dos outros [...]. Feito isso, à *multidão* assim unida numa só pessoa se chama *Estado*, em latim *civitas*. É esta a geração daquele grande *Leviatã* [...]” (*ibid.*, 1979, p. 105 – itálicos do autor).

O Estado foi adquirindo crescentemente a prerrogativa de exercer a “coação física legítima” (WEBER, 1999), tendo um “dever fundamental, que é o de chamar progressivamente o indivíduo à existência moral. [...] O Estado é antes de tudo um órgão por excelência da disciplina moral” (DURKHEIM, 2002, p. XXXIII).

O pensamento dos autores anteriormente referidos é concentrado na definição de Weber (1999):

O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território - este, o ‘território’, faz parte da qualidade característica -, reclama para si (com êxito) o monopólio da **coação física legítima**, pois o específico da atualidade é que a todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita. Este é considerado a única fonte do “direito” de exercer coação (WEBER (1999, p. 525 – negrito nosso).

Sem perder a prerrogativa de mantenedor da ordem, o papel do Estado sofreu algumas mudanças, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial (DALLARI, 1998). Alguns países europeus desenvolveram a idéia do *Estado do bem-estar social*, aumentando a presença do Estado em relação aos aspectos sociais e materiais. Outros países optaram por reduzir ao mínimo as atividades do Estado, principalmente em relação à economia, e consolidou-se o Estado liberal.

Com a minimização do papel do Estado, começaram a surgir em alguns países os serviços de segurança particular, fenômeno que no Brasil teve início oficializado a partir de 1969, quando um decreto-lei do Banco Central, com o objetivo específico de coibir assaltos praticados por grupos “subversivos”, obrigou as instituições financeiras a contratar serviços particulares de vigilância e guarda (MUSUMECI, 1998).

A partir de então, o aumento crescente da criminalidade vem gerando a necessidade de mais segurança. O convívio social-urbano revela comportamentos transgressores e agressivos em consequência das diferenças social, econômica, cultural, política e até mesmo moral. Com isso, a violação à conduta civilizada tem se tornado cada vez mais evidente.

Os cidadãos, empresas e instituições financeiras, tornaram-se reféns em suas próprias casas ou em seus estabelecimentos comerciais. Espaços públicos, como praças e ruas, são cercados e fechados. Condomínios residenciais, centros empresariais, *shoppings* e outros espaços de propriedade privada e fins públicos são construídos e administrados com base em princípios de **auto-suficiência** - depender o mínimo possível da “rua” através da concentração de diferentes serviços em seu interior - e da **exclusão** - manter distantes potenciais desordeiros, criminosos e pessoas “indesejáveis”, procurando garantir a homogeneidade de classe social (SHEARING; STENNING, 1992; LÉVY, 1997; CALDEIRA, 1997).

Soares (2002) pesquisou dados importantes sobre as consequências psicológicas da violência no país. Segundo o autor, a quantidade de tragédias individuais – morte violenta – vivida pelos brasileiros é tão grande que acaba se transformando em tragédias coletivas, como

as que ocorrem em países que sofrem com catástrofes naturais como terremotos, erupções vulcânicas e tornados. E diz mais:

Como as populações atingidas por essas catástrofes, nosso comportamento é dirigido, em parte, pelo medo. Vivemos numa atmosfera de medo, medo de assalto, medo de atropelamento, medo da polícia, medo do arrastão, medo da bala perdida e vários outros medos específicos. Juntos formam um medo generalizado (SOARES, 2002, p. 7).

Nas grandes cidades, onde as injustiças e a violação de regras são muito comuns, vê-se brotar a violência sob diversas formas que vão desde as agressões mais leves até as formas mais perversas e hediondas capazes de ser praticadas pelo ser humano. O número de vítimas é imenso e o mais preocupante dentro deste aspecto é que a violência parece ter entrado para o quadro da normalidade ou da naturalidade dos fatos.

A falta de índices satisfatórios por parte da Segurança Pública no combate à violência vem possibilitando o grande crescimento do modelo de segurança privada. As empresas de segurança privada, monitoramento e segurança eletrônica estão expandindo a oferta de seus serviços, com promessas de garantir uma segurança mais eficaz. De acordo, então, com a demanda do mercado, foi necessário que essas empresas efetivamente aumentassem o seu contingente, bem como a qualidade dos serviços prestados. Sob esses aspectos, fica evidente que os profissionais desta área precisam tornar-se mais bem preparados para lidar com as exigências do atual contexto social.

2.1 Segurança Pública: Falência ou Descaso?

A primeira instituição “policial” no Brasil surgiu a partir de 1530, com a chegada da expedição colonizadora de Martim Afonso de Sousa, que marcou “uma transição importante entre a frouxa administração da justiça imposta pela necessidade militar e uma forma mais concreta baseada no estabelecimento da colonização permanente e no reconhecimento da necessidade de regularização da sociedade” (SCHWARTZ, 1979, p. 20). No Brasil colônia, após esta expedição, foi implementado o sistema de capitanias hereditárias, no qual o donatário da capitania exercia plena autoridade no campo judicial e administrativo, podendo inclusive autorizar a pena de morte (COTRIM, 1995).

Nos anos que se seguiram, várias reformas foram realizadas com a finalidade de aprimorar os serviços prestados, mas polícia e justiça sempre faziam parte da mesma instituição (SCHWARTZ, 1979). Somente em 1871, com a Lei 2.033, é que esse sistema foi alterado e foram criados órgãos separados para a justiça e para a polícia, sendo esse o modelo que perdura até os dias atuais.

A segurança pública é um “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 2002), ou seja, é de responsabilidade do Estado a preservação da integridade física e patrimonial de todas as pessoas que transitam pelo território nacional, sejam elas brasileiras ou estrangeiras. Apesar de todas essas garantias, o Estado não consegue atender às necessidades dos cidadãos e a sociedade vive em um clima de constante insegurança. O que se percebe é que o Estado, durante muito tempo, manteve-se omissivo para quase todas as questões sociais e hoje, o que existe, é um significativo descontrole da situação.

A falência do setor público nas últimas décadas do século passado, sobretudo na área de segurança pública, além do aumento da população e de uma legislação penal defasada, favoreceu o crescimento da criminalidade. A impunidade resultante da inoperância da justiça, a falta de um sistema penitenciário capaz de re-socializar o cidadão, a desigualdade social e a precariedade da educação e do ensino público no País também são causas do descontrole indiscriminado da violência. Além disso, pode-se apontar vários outros fatores, como a urbanização acelerada e desorganizada, a ausência de ética e de freios morais, a estagnação econômica, o enfraquecimento das instituições e o tráfico de drogas que sustenta o crime organizado.

Não se pode atribuir o fracasso da segurança pública apenas à omissão policial. É claro que a falta de motivação desses profissionais para o trabalho, em razão da falta de estrutura para enfrentar o crime organizado e do sucateamento e deterioração salarial estimulam não apenas o envolvimento na corrupção e no crime, mas também influenciam na elevação dos índices de criminalidade (HERINGER, 1992). Mas a violência não é somente uma questão de polícia. A ordem pública é função de toda a sociedade, sendo que para isso, é preciso que o Estado retome o seu papel de provedor da educação, da saúde e de políticas públicas eficazes no combate à fome, à pobreza, ao desemprego e à desigualdade econômico-social.

A sociedade, todavia, não pode e não quer mais esperar para ter sua tranquilidade e sua paz garantida e a adesão aos recursos de segurança está presente em todas as classes sociais. A utilização desses recursos aumenta em proporção à renda, mas é algo que está presente em todas as camadas sociais (ZANETIC, 2006). Com o crescimento dessa demanda, surgiu a necessidade de se ampliar os sistemas de segurança, surgindo um novo modelo: o da segurança privada.

3 Segurança Privada: o Fenômeno e seus Problemas

O início da Segurança Privada no país se dá nos idos de 1969, logo após os militares terem assumido o controle no Brasil, com a promulgação da Lei de Segurança Nacional, incluindo várias outras leis e decretos.

O Decreto Federal 1.034, de 21 de outubro de 1969, obrigava a todas as instituições financeiras a possuir um sistema de segurança privada, na tentativa de combater a criminalidade, em especial os assaltos a bancos, praticados muitas vezes por “grupos subversivos”.

A partir daí, então, emergiu com grande rapidez o mercado das empresas de segurança privada. Tal mercado expandiu-se de modo totalmente desordenado, pois o Estado, além de exercer um controle apenas “cerimonial” (PAIXÃO, 1991), se desobrigava de investir na melhoria dos serviços públicos, obedecendo fielmente ao imperativo do neoliberalismo, favorecendo grupos econômicos tanto como “consumidores” quanto como “produtores” de segurança (MUSUMECI, 1998).

A época era de conflito e todos queriam se defender, mas não sabiam exatamente do que e nem como. Como a prestação de serviço é algo dinâmico e não exato, o trabalho foi sendo aprendido ao mesmo tempo em que era executado e surgiram as necessidades. À base do erro e do acerto, metodologias foram criadas e a preocupação com a excelência do serviço surgiu (MEIRELES, 2002, p. 13).

O acirramento do processo de globalização, ocorrido com maior vivacidade nos anos 90, favoreceu em muito a importação de novos equipamentos de segurança, tornando-se um meio de investimento para muitas empresas.

Meireles (2002) afirma ainda que muitas empresas de monitoramento de alarmes aproveitaram esse período para a ampliação de suas atividades, aproveitando-se do descrédito da segurança pública perante a sociedade devido à alta taxa de criminalidade que se instalava no país. As empresas privadas de segurança ajudaram a massificar a idéia de que a segurança pública, como todos os serviços estatais, sofria de deterioração e que seu fim estaria próximo. Nesse sentido, o imperativo ideológico do livre-mercado pressionava para a ampliação do “negócio da segurança” em todos os países, não importando como tinham evoluído seus respectivos índices de criminalidade (MUSUMECI, 1998). É nesse período que a segurança privada dá sua grande guinada, solidificando-se até os dias de hoje no mercado de trabalho brasileiro.

De acordo com dados da Polícia Federal de 2004, o número de agentes de segurança privada no Brasil já supera o de policiais civis e militares, aproximando-se de 1148 milhões, número que pode chegar a dois milhões se forem acrescentados os trabalhadores sem registro legal, embora não existam dados sobre isso (ZANETIC,

2006). O que antes servia basicamente para atender a esfera patrimonial, hoje está disseminado por vários outros setores. Pode-se dizer que os trabalhadores deste setor foram assimilados e estão onipresentes no nosso cotidiano. A demanda crescente por esses serviços faz com que as empresas de segurança tenham que se especializar cada vez mais, investindo não só em artefatos tecnológicos, mas principalmente na formação de seus profissionais.

4 A Formação Profissional dos Vigilantes: a Ausência de Diálogo entre Teoria e Prática

A palavra currículo “é de origem latina – *curriculum* - e significa literalmente curso, rota ou caminho a ser seguido na vida ou as atividades de uma pessoa ou de um grupo” (ANDRADE, 2003, p.19). É importante que o currículo vincule formação educacional e trabalho e que, portanto, se adapte as mudanças e transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho. Com a expansão da segurança privada nas mais diversas áreas do cotidiano urbano-social, é importante analisar se o currículo utilizado para a formação dos vigilantes está preparando esses atores para enfrentar situações de risco e capacitando-os para trabalhar sem colocar em perigo as pessoas com quem mantêm interface.

Em outubro de 1995, através da Portaria nº 992, tornou-se imperativo o curso de formação do vigilante, com uma carga horária obrigatória de 120 horas, sendo 110 horas de aulas teóricas e 10 horas de aulas práticas. Além do curso de formação específica, todos os vigilantes devem ter vínculo empregatício formal com uma empresa.

O curso de formação exige instrução equivalente à 4ª série do ensino fundamental e abrange noções de defesa pessoal, primeiros socorros, tiro, armamento, legislação penal, observação criminal, segurança física e de instalações e prevenção de incêndios. Para aqueles que desejarem atuar como vigilantes de carro forte, guarda-costas ou escolta, é preciso cursar mais 36 horas de extensão, uma forma de especialização para as atividades inerentes a cada uma dessas funções.

Concluído o curso, os vigilantes devem requerer um registro à Polícia Federal, que fornecerá uma carteira de identidade profissional, autorizando o exercício da profissão. As armas permitidas à segurança armada são os revólveres de calibre 38. E, em se tratando de segurança especializada, aquela que atua em carros fortes ou de transporte de valores, é permitido o uso de espingardas calibre 12, 16 ou 20, de fabricação nacional. É importante salientar que todas as armas utilizadas pelos vigilantes são registradas em nome das empresas de segurança, que obrigatoriamente devem obedecer a critérios específicos para sua aquisição, tanto no que diz respeito à quantidade quanto ao tipo de armamento (CUBAS, 2002).

Esse currículo, determinado pela Polícia Federal, vem acompanhado por anos de tradição linear, fragmentada, cartesiana, onde não há espaço para a criação ou recriação daqueles saberes considerados “universais”, inquestionáveis, em que não é permitido romper com os limites do saber, que não pode sair dos “trilhos” e, portanto, da ordem. A sua estrutura rígida não prevê uma adaptação para as transformações pelas quais a sociedade está passando e nem para o uso das novas tecnologias.

O currículo é uma das instâncias de transformação da face social e os conteúdos que traz não são discursos neutros, antes estão impregnados da ideologia dominante. Segundo Silva (2000, p. 54), “[...] o currículo não é, pois, um meio neutro de transmissão de conhecimentos ou informações. [...] Ao determinar quem está autorizado a falar, quando, sobre o que, quais conhecimentos são autorizados, legítimos, o currículo controla, regula, governa”. O currículo pronto e fechado das escolas de formação para vigilantes está atrelado a uma seleção de conhecimentos e saberes arbitrários, ideológicos, sociais e reproduzem o controle do governo.

Uma outra questão importante, trazida pela lei, é a obrigatoriedade que as empresas têm de reciclar seus funcionários de dois em dois anos, sendo necessário que estes freqüentem novamente o curso de vigilante nos centros de treinamentos apropriados. Caso a reciclagem não seja feita, as empresas podem ser multadas ou até mesmo fechadas. A carga horária é de

32 horas, totalizando quatro dias, em período integral. O curso é uma simples revisão do curso de formação e neste caso a grade curricular também é determinada pela Polícia Federal. O assunto é sempre o mesmo, sem que haja um enfoque diferente na tentativa de melhorar ou ampliar o conhecimento desse profissional. Não é exigido nenhum tipo de avaliação durante o período de reciclagem, e o centro de treinamento, mesmo que queira, não pode acrescentar novos conteúdos porque a carga horária não permite.

Enfocando a formação do trabalhador, pode-se perceber que a escola é uma das instituições mais criticadas, por não contemplar as necessidades reais da formação. Críticas de professores, alunos e empresários mostram que há uma distância entre o currículo determinado pela Polícia Federal e a realidade vivida pelos vigilantes. Evidencia-se uma falta de articulação entre o conhecimento estudado e a vida cotidiana desse profissional, uma ausência de diálogo entre a teoria e a prática.

Não existem discussões sobre o currículo nem sobre seu aprendizado. Os alunos devem assistir passivos às aulas e depois reproduzir em uma prova objetiva o que escutaram. O currículo deveria integrar em seu processo formativo, o desenvolvimento da cidadania, aproveitando o aprendizado que o indivíduo adquiriu ao longo da sua vida profissional, ou seja, utilizar os conhecimentos prévios que o trabalhador já traz na sua bagagem, como pré-requisito para a sua formação. Vivemos em uma sociedade fechada onde a concentração de poder está nas mãos da elite e do governo. Essa forma de estruturação demonstra sua rigidez e sua arbitrariedade, em que valores, tradições e *status* são impostos sobre a classe mais popular. Segundo Freire (1994, 34) “cada um reproduz seu *status*. Esse é ganho geralmente por herança e não por valor ou capacidade. A sociedade fechada se caracteriza pela conservação do *status* ou privilégio e por desenvolver todo um sistema educacional para manter este *status*”.

Esses cursos técnicos não podem ser estritamente profissionalizantes como hoje são, mas devem contemplar também a formação do cidadão trabalhador. É preciso dentro deste cenário que seus atores entendam a sua formação, o seu processo e as questões de exclusão implícitas tanto no currículo quanto na vida e no cotidiano. O currículo atual tem como função a reprodução das estruturas socioeconômicas e do controle social. O vigilante vai para o mercado de trabalho com a função social compatível com a sua classe.

Sendo assim, tem-se que repensar este currículo e questioná-lo, tomando consciência de que foi imposto pela Polícia Federal. Acomodar-se a ele é se tornar um objeto e não um sujeito; é permitir que essa tradição continue a ser opressora, contribuindo para manutenção do *status* vigente. São muitas as questões sobre o currículo que é determinado e obrigatório e o currículo que está nas entrelinhas que vem acompanhado do controle e da arbitrariedade.

5 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa qualitativa ainda é pouco reconhecida no campo organizacional, pois apresenta uma preocupação “com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2004, p. 21-22).

Merriam (1998) identifica cinco tipos principais de pesquisa qualitativa: estudo qualitativo básico ou genérico, estudo etnográfico, fenomenologia, *grounded theory* e estudo de caso. Neste trabalho foi feito um estudo qualitativo básico, fundamentado nas opiniões e percepções de vigilantes privados matriculados no curso de formação de uma escola de segurança privada. Os vigilantes foram escolhidos de maneira não-probabilística, de acordo com a sua disponibilidade em participar das entrevistas.

Um estudo qualitativo tem, “por si mesmo, um caráter “particularizante” e seu poder de generalização é limitado na medida em que a validade de suas conclusões permanece contingente” (BRUYNE, *et al.*, 1997, p. 227), mas no caso dessa pesquisa, os achados

provavelmente podem ser generalizados, tendo em vista que o currículo é único para todas as escolas de formação de vigilantes do país.

Foram realizadas 40 entrevistas, numa média de oito horas por dia com os vigilantes e um coordenador, o que possibilitou um tipo de observação direta das instalações e das pessoas. As entrevistas foram realizadas em uma sala cedida pela escola. O fato de ter sido escolhida uma escola de formação e treinamento foi a possibilidade de acesso a vigilantes das mais diversas áreas de atuação, armada ou não, atuando em estabelecimentos como *shopping centers*, escolas e empresas. No decorrer da pesquisa de campo, foi realizada, além da observação direta, uma análise documental do programa do curso e do conteúdo das disciplinas, determinado pela Polícia Federal.

Em um segundo momento, por liberalidade de uma empresa de segurança especializada em transporte de valores, foi entrevistado um grupo de oito vigilantes que atuam na área de segurança patrimonial – bancos, carros-fortes e transporte de valores. A entrevista realizada com esse grupo teve início às 14 horas e estendeu-se até quase às 20 horas. Por questões éticas, serão usados nomes fictícios e tanto a escola de formação quanto a empresa de segurança não serão identificadas.

A escola de formação oferece cursos de formação de vigilantes privados e cursos de reciclagem para aqueles que já atuam há mais de dois anos na profissão. É um local fortemente guardado, com muros altos e um grande portão de ferro, constantemente fechado. No interior há um grande pátio, com árvores frondosas, uma cantina que serve lanche e almoço, salas de aula e da administração, um recinto com portas giratórias simulando portas de bancos, um carro-forte estacionado e uma área exclusiva para treinamento de tiros.

De imediato, pode-se constatar uma predominância masculina, em torno de 98% no caso de alunos e 100% no caso dos instrutores. Parece haver uma resistência muito grande em relação ao ingresso de mulheres nessa profissão, tornando-as pouco competitivas para disputar esse tipo de mercado.

O perfil sócio-econômico mostra um aluno proveniente de classes sociais menos favorecidas, a maioria reside em bairros da periferia, apresenta índices escolares insatisfatórios (metade dos entrevistados completou apenas o ensino fundamental) e média de idade de 35 anos. Esses dados levam a uma reflexão, pois se houver uma correlação positiva entre criminalidade e classe social, o que separa o vigilante privado da marginalidade é apenas o caráter.

Muitos dos vigilantes ou candidatos ao certificado estão no curso não por gostar da profissão, mas por considerar a área de segurança privada uma das mais empregáveis atualmente, pois o setor está em expansão e oferece oportunidades de emprego promissoras. Essa situação é preocupante, pois alguns profissionais têm se deslocado de outras áreas sem as habilidades necessárias para o exercício da função.

6 As Estratégias Desenvolvidas em Busca do Equilíbrio Psíquico com Base em Dejours

Esse tópico do trabalho inicia-se com uma pequena história contada por um dos entrevistados:

Era uma vez um vigilante que trabalhava com muito amor a sua profissão. Um certo dia ao largar o plantão, ficou aguardando o seu patrão para lhe contar sobre um sonho que tinha tido naquela noite.

- Bom dia, senhor! Disse o vigilante ao patrão.

- Bom dia.

- É verdade que o senhor vai viajar esta tarde?

- É sim, respondeu o patrão.

- Pois eu sonhei que o seu avião ia cair e que todos morreriam.

O patrão então achou por bem desmarcar a viagem. À noite, assistindo ao noticiário, o patrão pode confirmar a queda do avião. E se estava vivo era graças ao seu funcionário.

No dia seguinte, o vigilante, ao procurar o seu cartão de ponto não encontrou. Estranhando o fato, dirigiu-se ao setor de pessoal, onde foi comunicado que estava despedido.

O motivo?

Se o vigilante sonhou foi porque dormiu no serviço. E vigilante de serviço não pode dormir (Reginaldo, 37 anos).

Esta história, a princípio banal, contém na sua essência um forte sentimento de frustração, angústia e desamparo, revelando a mágoa contida do profissional vigilante. Continuando a conversa, Reginaldo informou que gosta muito da sua profissão, que escolheu ser vigilante porque gosta, embora só tenha trabalhado como segurança clandestino em eventos, nunca contratado por uma empresa, por isso está fazendo o curso de formação.

O vigilante, de maneira geral, considera a sua profissão importante para a sociedade, mas não se sente valorizado. Há muito sofrimento na profissão, mas a insatisfação e o sentimento de desvalorização parecem ganhar destaque nas falas:

Eu acho que a gente ganha pouco, não tem plano de saúde, ajuda de custo de alimentação. Gostaria que eles dessem mais atenção quando a gente pedisse, porque já fiquei dois anos trabalhando sem farda, eu pedia pra eles e nunca me davam até que a diretora da escola que fui trabalhar exigiu da empresa, aí eles me deram. Pra vocês verem, só fui atendido porque a diretora pediu. Se não, estava até hoje sem farda (Cristiano, 29 anos).

O vigilante é muito importante para a sociedade. A gente está protegendo eles e não somos valorizados, nem todo mundo gosta do segurança, eles acham que todos nós somos ignorantes e não temos treinamento para usar arma, nem agir e não sabem o quanto somos preparados para agir (Lucas, 22 anos).

A segurança privada é uma atividade voltada à vigilância, segurança e defesa do patrimônio ou de pessoas, de forma armada ou desarmada. O trabalho do vigilante situa-se em uma zona entre a rua e a casa, espaços socialmente construídos. Enquanto a casa reflete o aconchego, a harmonia a segurança; a rua tem seu fascínio, mas também traz o medo, o perigo, o risco. É um lugar onde transitam pessoas de toda espécie, gerando assim grande insegurança.

Um dos aspectos instigantes da pesquisa é que, diante da possibilidade iminente de enfrentar a violência ou outras situações de perigo, esse não foi o aspecto referido como fator mais estressante, e sim o relacionamento com o público, apontado por todos os entrevistados.

As pessoas chegam da rua cheias de problemas e quer descontar no vigilante e acham que tudo é culpa do vigilante. O que mais incomoda é a imagem que a sociedade tem da gente, falta de valorização, nos chamam de guardinha, menosprezam nossa profissão. As empresas também não valorizam a gente e isso dá falta de motivação pra trabalhar. Tratam a gente com ignorância, grosseria e falta de educação (Marcos, 39 anos).

Não respeitam a gente, tratam sem consideração, não dão um boa tarde (Carlos, 28 anos).

O coordenador do curso de formação frisou a ausência de conteúdos relacionados à disciplina de Recursos Humanos, que na ementa aborda apenas processos de comunicação e um pouco de ética profissional, não contendo nada sobre interpessoalidade, atendimento ao cliente ou motivação. Apesar dessa ser uma crítica de professores e alunos, este é um assunto sobre o qual os coordenadores não têm nenhum domínio, haja vista que todas as ementas são preparadas pela Polícia Federal. Nesse aspecto, é esclarecedor o seguinte comentário de um aluno que já passou por três reciclagens: “[...] o curso há muito tempo e até hoje continua a mesma coisa, não mudou nada. A teoria é bem diferente da prática” (Adilson, 39 anos).

Ainda durante a entrevista, por considerar o curso de formação insuficiente nesse aspecto, o coordenador informou que havia feito uma pesquisa com os alunos, perguntando-lhes se tinham interesse em pagar um pouco mais para estender a carga horária e complementar a formação com uma disciplina voltada a área de relacionamento interpessoal. A resposta foi negativa e no entendimento do entrevistado, a causa se deve ao fato de muitas

vezes o aluno estar desempregado e não ter condições financeiras para arcar com mais uma despesa, por isso interessa-se em fazer somente o que a lei determina e exige.

A baixa auto-estima é uma realidade na profissão do vigilante privado. A estrutura hierárquica é rígida a partir do curso de formação, sendo o representante da sala chamado de ‘xerife’ pelos colegas. Nas empresas, o vigilante privado se sente mais desvalorizado e desrespeitado, pois muitos informaram que, sendo a maioria dos supervisores policiais, não valorizam a formação que vem sendo praticada pelos cursos e escolas específicas.

O que eu considero mais estressante na profissão é que tudo que acontece de errado na empresa sobrecarrega o vigilante, você precisa do vigilante, mas se algo der errado a culpa é sempre dele (Francisco, 36 anos).

Lá na empresa sofremos dois assaltos e levaram nossas armas, aí o supervisor chamou a gente pra dizer que a gente tava de complô com bandidos. A gente podia era ter morrido... (Paulo, 33 anos).

A empresa não se incomoda para nada com a gente, não dá a menor atenção a gente... a empresa quando acontece alguma coisa com alguém da gente sai de baixo, coloca no INSS e esquece de você. Já aconteceu de colega morrer e a empresa nem ligar, a família que se encarrega de pagar todo o funeral e a gente tem que ir trabalhar como se nada tivesse acontecido (Fábio, 33 anos).

Corroborando a fala dos alunos, o coordenador frisou que “muitas empresas prefeririam que o vigilante inclusive não tivesse reciclagem, porque muitas delas consideram o vigilante um mal necessário. Tem muitas empresas que telefonam para a escola pedindo para pagar o curso e receber o certificado sem que eles precisem enviar os funcionários”.

Embutida nesses diálogos percebe-se a presença de uma grande mágoa social ocasionada pelo descaso, falta de respeito e de reconhecimento e desvalorização do profissional. É preocupante que profissionais responsáveis pela segurança das pessoas e que portam armas de fogo demonstrem baixa auto-estima. Apesar de haver treinamento prático para uso e manuseio de armas de fogo, os cursos de formação não garantem o equilíbrio psíquico diante de frustrações. Os vigilantes transmitiram um sentimento de orfandade e de desproteção.

Em relação aos profissionais que trabalham em situação de risco máximo, foram entrevistados oito vigilantes que transportam valores. Os vigilantes que trabalham com transporte de valores aparentam um nível sócio-econômico mais alto do que os que estavam no curso de formação e demonstram mais desenvoltura para falar. Falam sobre força e coragem para enfrentar bandidos e têm facilidade para contar histórias que vivenciaram, mas resistem em comentar sobre doenças e sofrimento psíquico.

Um detalhe logo observado foram as estrelas bordadas na camisa dos uniformes. Relacionadas a um tipo de hierarquia informal, as estrelas representam o número de marginais mortos por cada vigilante, conforme relato dos próprios vigilantes.

Nos cursos de formação, os vigilantes são orientados para atirar, se necessário, do abdômen para baixo, com o objetivo de preservar a vida do outro. As empresas, porém, incentivam a atirar para matar, pois o importante é assegurar a entrega dos valores contratados. Assim, premiam simbolicamente aqueles que matam os bandidos e os vigilantes que possuem mais estrelas são mais respeitados pelos colegas. Entre eles estava Carvalho, ostentando oito estrelas.

Na semana passada Carvalho derrubou mais dois. A gente tava fazendo o transporte de malotes de dinheiro para o Bradesco quando ele percebeu um cara de boné olhando para o banco e falando no celular, então Carvalho gritou para o nosso amigo correr, mas não deu tempo porque os bandidos já começaram a atirar e atingiram Pedro na frente de Carvalho, que puxou ele pra dentro e trocou tiros com os caras, derrubando dois, mas outros dois fugiram e a polícia pegou. Está todo mundo revoltado com esses caras que mataram Pedro, pai de família, na nossa frente. Por isso que não tem perdão, tem que atirar pra matar (João, 38 anos, vigilante de transporte de valores).

Estava em meu posto na fábrica e três elementos entraram na fábrica. Ao fazer a ronda olhei para a esquerda onde percebi um vulto, me escondi e esperei com paciência pra ver o que eles queriam fazer dentro da fábrica, daí constatei o que já sabia, os marginais queriam roubar a fábrica. Nesse posto éramos dois vigilantes, o outro estava na parte de trás da fábrica, a nossa comunicação era zero neste momento. Olhei com atenção se meu companheiro estava por perto, ao perceber que não estava, apertei o dedo em direção aos marginais, de cara acertei logo em dois, um no braço e outro no joelho. Meu companheiro já veio atirando, acertando no ombro o que já estava ferido no joelho e os outros dois conseguiram fugir e o terceiro veio logo a falecer. Chamamos a empresa de vigilância e a polícia. Os mesmos tomaram os procedimentos cabíveis. (Ricardo, 36 anos, vigilante de transporte de valores).

Um detalhe chamou-nos a atenção, pois Ricardo falava da profissão com entusiasmo, dizendo que a princípio resolveu ser segurança por necessidade, mas com o passar do tempo foi aumentando dentro dele o amor pelo trabalho, sentimento que não para de crescer. Sente-se uma pessoa importante em seu trabalho e é muito respeitado pelos colegas (SIC). Ricardo confessou-nos que está fazendo um curso de teologia para ser professor, porque a profissão de segurança é muito arriscada, muito desgastante, e ele gosta mesmo é de ensinar. Sua fala mostra contradições, ora diz gostar muito da profissão de vigilante, ora está se esforçando para sair dela.

Nenhum dos vigilantes, nem na escola de formação e nem na empresa de transporte de valores falou sobre doenças e sofrimentos e nenhum conhece qualquer colega que tenha ficado com alguma seqüela devido ao trabalho. Quando alguém adoece tenta esconder o fato, com medo do julgamento dos outros. Adoecer nessa profissão é uma vergonha, é sinônimo de fraqueza.

Se a gente tá doente dizem logo que estamos inventando, pra não ir trabalhar, que a gente é preguiçoso, vagabundo, a gente fica logo marcado. Esse aí gosta de trazer atestado. Já fui trabalhar com febre (Magno, 35 anos).

Quando adoece por causa do trabalho, o vigilante não sabe identificar tal doença porque muitos não conhecem seu próprio corpo e só sabem que estão doentes quando sentem alguma dor. Nesses momentos a vergonha e a angústia são grandes; o medo que o médico diga que ele não tem nada e é invenção ou que está incapacitado para o trabalho. O medo da vergonha de parar de trabalhar, o medo das assistências gratuitas como INSS, faz com que eles criem suas estratégias de defesa.

Dejours (1992) dá o nome a essas estratégias defensivas de ideologia da vergonha e ideologia defensiva. A ideologia da vergonha tem como objetivo manter à distância a doença, o sofrimento ou tudo o que lembre direta ou indiretamente o adoecer.

A ideologia defensiva tem em primeiro lugar como objetivo mascarar, conter e ocultar ansiedade particularmente grave. Em segundo lugar é a nível da ideologia defensiva, enquanto mecanismo de defesa elaborado por um grupo social particular, que devemos procurar uma especificidade. Em terceiro lugar, o que caracteriza uma ideologia defensiva é o fato de ela ser dirigida não contra uma angústia proveniente de conflitos intra-psíquicos de natureza mental, e sim ser destinada a lutar contra um perigo e um risco real (DEJOURS, 1992, p. 35-36).

Como é o caso dos vigilantes que estão em constante risco, expostos ao contato freqüente com marginais, a balas, brigas e até à morte e se utilizam dessas estratégias para esconder esses riscos reais.

Toda profissão tem seu risco, e a profissão de vigilante o risco é um todo, ele pode estar no início de um incêndio e se ele não souber se proteger e proteger as pessoas ele vai se queimar, ou se tiver um assalto e ele não souber conduzir e for precipitado e reagir sem ter certeza que vai ter sucesso ele pode morrer. Mas é uma profissão ingrata porque se algo der errado, a culpa é sempre do vigilante (Pablo, 37 anos).

Dejours (1992, p. 36) continua com as estratégias defensivas dizendo que “em quarto lugar, essa ideologia para ser operatória, deve obter a participação de todos os interessados.

Aquele que não contribui ou que não partilha do conteúdo da ideologia é, cedo ou tarde, excluído”. O próprio grupo exclui aquele indivíduo que não concorda com as regras impostas, ou que quer lutar pela mudança; é tido como louco, ou como sonhador, ou como revolucionário e para esse excluído as doenças físicas e mentais são bem mais acentuadas.

Tem um colega de trabalho que ele só quer brigar na empresa, quer mudar tudo, eu acho que ele não gira bem da bola e não deveria estar trabalhando como vigilante (Patrício, 34 anos).

Em quinto lugar Dejours (1992, p. 38) fala “que a ideologia defensiva, para ser funcional, deve ser dotada de uma certa coerência. O que supõe certos arranjos relativamente rígidos com a realidade”. Diante desta questão, cita-se como exemplo a recusa pela proteção, ou seja, a resistência de se proteger porque acham que não precisam e, também, a resistência dos donos das empresas em oferecer equipamentos de segurança para seus funcionários.

Eu trabalho com outros colegas, mas a gente não tem rádio. Estamos pensando em comprar com o nosso dinheiro. A violência que tem no bairro é muito ladrão e a gente trabalha muito precário, o local, o portão fica aberto direto, perto de mato, já teve assalto perto da escola, a gente gritou e eles correram a gente sem arma não tem como fazer, mas a nossa presença intimida (Marcelo, 31 anos).

Em sexto lugar, Dejours (1992) traz que a ideologia defensiva tem um caráter vital, fundamental, necessário. Essa mesma ideologia se torna obrigatória quando esse profissional se afasta de seu grupo social, ficando, assim, indefeso diante da realidade. Quando o indivíduo compartilha com seu grupo, ele age junto aos conflitos de ordem mental, garantindo um domínio mínimo da realidade perigosa.

Alguns fatores, a exemplo da dificuldade de relacionamento com o público, pouca valorização por parte da sociedade e falta de reconhecimento profissional pelos próprios donos de empresas de vigilância, ficaram claramente evidenciados como causadores de tensão e desgaste no trabalho. Outros fatores, porém, como a negação ao medo da morte, pareceram ocultados ou camuflados, através de diálogos que enfatizam atos de coragem e virilidade ou da atribuição da morte como consequência de todos os seres humanos, na tentativa de amenizar seus anseios.

Essa profissão é como qualquer outra, todo mundo está sujeito a morrer, não tenho medo da morte porque o dia chega pra todo mundo (Pablo, 35 anos)

A necessidade de negar o medo da morte faz parte das estratégias psíquicas de defesa utilizada pelos vigilantes para poder encarar a realidade e continuar trabalhando normalmente, afastados do sofrimento que esse sentimento lhes impõe.

É fato que a morte, como processo natural e fisiológico, faz parte do destino de todos os seres vivos. No entanto, algumas profissões estão mais expostas a este risco, como é caso dos vigilantes privados que lidam com aspectos da violência diariamente. Mesmo tentando negá-lo, foi através dos relatos de alguns vigilantes que se percebeu o quanto o medo da morte está presente no cotidiano desses profissionais que vivem à sombra desta possibilidade iminente.

O que tenho mais medo na minha profissão é sair pra trabalhar e não voltar, voltar num pacote. A minha família reza, pede a Deus porque tem medo e quando chego em casa é um alívio (Joaquim, 34 anos).

A demonstração de força e coragem pode ser considerada uma forma de neutralizar o medo, se é que esta neutralização é realmente possível. Na concepção de Dejours (2005, p. 100):

A coragem, em estado puro, sem estar associada à virilidade, é uma conquista essencialmente individual. É rara. E jamais é definitivamente adquirida. O medo pode sempre ressurgir, se é que chega a ser totalmente neutralizado. A coragem sem virilidade pode se manifestar silenciosa e discretamente e ser julgada pela própria consciência. [...] Já a virilidade é uma conduta cujo mérito depende fundamentalmente da validação alheia.

Dejours (1992, p. 122), apesar de dizer que “não existem psicoses do trabalho, nem neuroses do trabalho”, traz a ansiedade como sentimento influenciador no desempenho da atividade laboral, afirmando que “esta ansiedade de que raramente se fala, participa do mesmo modo que a carga física do trabalho, ao esgotamento progressivo e ao desgaste dos trabalhadores” (*ibid*, p.73). Nesse particular confronte-se a opinião de um dos entrevistados ao mencionar o caráter estressante da profissão, enfatizando o tratamento preconceituoso tanto dos clientes como dos donos das empresas.

Eles tratam a gente com ignorância, grosseria e falta de educação o que nos deixa irritados e ansiosos pra chegar em casa (Francisco, 36 anos).

Mendes e Cruz (2004) também afirmam que não é o trabalho que causa a doença mental, mas que ele pode ser um desencadeante. Destarte, por trás dessa insatisfação, medo, estresse, sensação de desprezo e falta de valorização dentre outros aspectos revelados pelos vigilantes, como baixos salários, ausência de benefícios e poucas expectativas de melhoria no campo profissional, há de se levar em conta o limiar dessas questões com a saúde física e mental do vigilante privado.

O aspecto principal levantado pelos vigilantes é o relacionamento com o público e, em segundo plano, é que os vigilantes trazem o medo da morte como fator estressante. Sentimento que muitos tentam negar a princípio, associando-o não diretamente ao risco inerente da profissão e sim à violência de um modo geral, a qual todas as pessoas estão expostas.

Dejours (1994) retrata que a carga psíquica de trabalho e seu manejo estão diretamente relacionados ao caráter qualitativo e dinâmico subjetivo da experiência vivenciada frente às pressões ou exigências do trabalho cotidiano. Aspectos culturais da organização e a visão desta sobre os papéis esperados e desempenhados pelos funcionários, a importância de uma estrutura que comporte e corresponda à necessidade dos profissionais que dela fazem parte, assim como liberdade de ação e produção, são fundamentais não apenas para a motivação e o crescimento profissional do trabalhador, mas, também, para o sucesso da empresa.

No caso pesquisado, o que existe é a insatisfação dos vigilantes com suas organizações, apontada pela maioria dos entrevistados. Por trás dessa insatisfação, medo, estresse, sensação de desprezo e falta de valorização dentre outros aspectos revelados pelos vigilantes, como baixos salários, ausência de benefícios e poucas expectativas de melhora no campo profissional, há de se levar em conta o limiar dessas questões com a saúde física e mental do vigilante privado.

Dejours (2005) aponta para a importância do reconhecimento na vida do trabalhador, mostrando que, ao contrário de que muitos pensam, o reconhecimento reivindicado é fator decisivo na dinâmica da mobilização subjetiva da inteligência e da personalidade no trabalho. Quando não há reconhecimento pela qualidade do serviço prestado, todos os esforços são em vão, o que pode provocar uma desconstrução na identidade do trabalhador.

7 Considerações Finais

A questão da segurança em nosso país é algo muito mais complexo do que parece. A necessidade de melhoria na segurança pública vai muito além de uma reforma estrutural das polícias civil e militar. Somente o aumento do contingente policial e de equipamentos mais modernos, não seria capaz, por si só, de coibir ou diminuir a violência e a criminalidade. É preciso um engajamento social e governamental na luta contra as desigualdades sócio-econômicas contra a precariedade dos sistemas de saúde e do aumento do trabalho informal, bem como um maior engajamento para superar a defasagem do ensino público e dos sistemas penitenciário e judiciário.

A segurança privada não deve ser vista como um novo modelo de policiamento e sim como um modelo a atuar conjuntamente com o da segurança pública. Para isso, no entanto, faz-se necessário um maior investimento em treinamento e capacitação desses profissionais, o que, infelizmente, está longe de atingir níveis satisfatórios.

A forma como os vigilantes privados percebem a profissão, levando em conta o medo da morte, os baixos salários, a falta de reconhecimento social e patronal além de um currículo engessado, que deixa sua formação profissional a desejar, torna imperioso o desenvolvimento de estratégias psíquicas que atuem como mecanismos de defesa, para, assim, continuar a enfrentar não só as situações de risco, mas também, aquelas que causam estresse. É desta forma que procuram impedir a queda do desempenho profissional na tentativa de preservar o seu lugar no mercado de trabalho.

Em nenhum momento durante as nossas entrevistas, exceto em relação aos seguranças de transportes e guarda de valores, ficou evidenciada a sensação de prazer na realização do trabalho do vigilante. O que a todo instante pareceu evidente foram os sentimentos de preocupação, medo e ansiedade, que podem vir a desencadear graves danos à saúde desses profissionais. Vimos, assim, um quadro assustador de pessoas desmotivadas, frustradas e com um intenso sentimento de desvalorização. A exceção deu-se com os vigilantes de transporte e guarda de valores, que fazem uso constante de armas de fogo. Neste caso, a situação se apresenta ainda mais preocupante. Parece haver um excesso de motivação, instigado pelas próprias empresas, que estimulam os instintos mais primários desses indivíduos, valorizando-os por cada morte cometida.

Os relatos da maioria dos entrevistados revelaram ainda uma organização indiferente a seus funcionários. Não há preocupação sequer com o serviço que está sendo desempenhado, uma vez que ficou clara a ausência quase que completa de supervisão por parte das empresas de segurança privada. Normalmente, a supervisão é feita por coordenadores do estabelecimento para o qual foram contratados. É o caso, por exemplo, dos seguranças de *shoppings*, que recebem as instruções do desempenho de suas tarefas, pelos funcionários daquele local, encarregados da administração.

A motivação e a saúde do profissional englobam tanto os aspectos organizacionais como os de ordem pessoal, desde a empresa como um todo até as condições de trabalho. A ausência de estrutura que permita ou facilite o bom desempenho do trabalhador, de forma digna, compromete os resultados de toda a organização.

É preciso, então, compreender, que são as pessoas que dão vida às organizações, onde se constrói uma relação simbiótica. A meta final de uma empresa privada está na auferição de lucros e na sua sobrevivência frente à competitividade crescente do mercado. Do outro lado, porém, estão os funcionários que desejam salários dignos, reconhecimento e valorização, principalmente em se tratando de atividades de risco, como é o caso dos vigilantes.

A falta de uma política mais séria para a formação desses profissionais, coloca em risco a segurança social. Ao invés de uma sociedade protegida, pode-se ter uma sociedade ainda mais exposta aos riscos de um cotidiano violento e de profissionais desqualificados. A Polícia Federal, também, deve intensificar a fiscalização sobre as empresas dessa área, não só para coibir abusos por ventura praticados pelos vigilantes em relação aos cidadãos, mas para controlar abusos que os próprios empresários cometem contra seus agentes de trabalho. Se as empresas não têm um comportamento satisfatório perante seus funcionários, é possível que estes não o tenham perante a empresa e perante a sociedade.

Além disso, um novo olhar deve ser lançado sobre a questão curricular na formação do vigilante privado. É importante que Polícia Federal adapte a grade curricular às transformações ocorridas ao longo tempo dentro da esfera não só da segurança privada, mas de toda a sociedade e, assim, possa adequar, de uma melhor forma, a teoria à prática. É preciso, também, que a Polícia Federal, como órgão regulamentador, interaja mais com os profissionais da segurança privada, para melhor conhecer as suas necessidades, levando em consideração os conhecimentos e a experiência por eles adquiridos no decorrer de suas atividades.

Por fim, a implantação de um sistema de avaliação, acompanhamento e suporte psicológico para estes profissionais deve ser vista como obrigatória, uma vez que ignorar a sua importância é expor sociedade e os próprios profissionais que atuam no campo da segurança privada.

Referências

- ANTUNES, Ricardo (Org). **A Dialética do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. **Os Sentidos do Trabalho** – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade - para uma teoria geral da política**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. 8ª ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII** – Os Jogos das Trocas, volume 2. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CALDEIRA, T.P. do R. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos Cebrap**, n. 47, p. 155-176, mar. 1997.
- COTRIM, Gilberto. **História e Consciência do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1995.
- CUBAS, Viviane de Oliveira. **A expansão das empresas de segurança privada em São Paulo**. São Paulo: USP, 2002. (Dissertação de Mestrado).
- DALLARI, Dalmo de A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1998.
- DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 6ª ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- _____. **A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.
- DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (Des)fordizando a Fábrica**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- DURKHEIM, Émile. **Lições de Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 27º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- GORZ, André. **Crítica da Divisão do Trabalho**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HERINGER, R.R. **A indústria da segurança privada no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992 (Dissertação de Mestrado).
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).
- LÉVY, R. A crise do sistema policial francês hoje: da inserção local aos riscos europeus. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, v. 9, n.1, p. 53-77, maio 1997.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio – “Discorsi”**. 4ª ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2000.
- _____. **O Príncipe**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).
- MEIRELES, N. Desmitificando a segurança. Salvador, 2002 (mimeo).
- MENDES, Ana Magnólia; CRUZ, Roberto Moraes. Trabalho e saúde no contexto organizacional: vicissitudes teóricas. In: TAMAYO, Álvaro e cols. **Cultura e saúde nas organizações**. São Paulo: Artmed, 2004.
- MUSUMECI, Leonarda. **Serviços Privados de Vigilância e Guarda no Brasil: um estudo a partir de informações da PNAD – 1985/95**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. Texto para discussão n. 560.
- PAIXÃO, A.L. Segurança privada, direitos humanos e democracia – notas preliminares sobre novos dilemas políticos. **Novos Estudos Cebrap**, n. 31, p. 131-141, outubro 1991.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

- SHEARING, C.; STENNING, P. Private security: implications for social control. In: McCORMICK, K.R.; VISANO, L.A. **Understanding policing**. Toronto: Canadian Scholars' Press, p. 521-544, 1992.
- SILVA, Jamile. Percorrendo fluxos de sentido: o hiperespaço do currículo. **Revista de Educação**. Salvador: CEAP, set/nov 2000, p. 51-59.
- SOARES, Gláucio. A psicologia do medo. **O Globo**. Rio de Janeiro, 21 de julho de 2002, p. 7.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade**, volume 2. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1999.
- WELFORT, Francisco C. (Org.). **Os Clássicos da Política**. 13ª ed. São Paulo: Ática, 2005.
- ZANETIC, André. **A questão da segurança privada**: estudo do marco regulatório dos serviços particulares de segurança. São Paulo: USP, 2006. (Dissertação de Mestrado).